

<i>Nota à 14ª edição</i> .....	7
--------------------------------	---

---

**PARTE I — INTRODUÇÃO**

---

Capítulo I	— <b><i>O DIREITO ADMINISTRATIVO E O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO</i></b>	
<i>I</i>	— <i>As funções do Estado</i> .....	27
<i>II</i>	— <i>Os critérios de distinção das funções do Estado</i> .....	30
<i>III</i>	— <i>A função política ou de governo</i> .....	34
<i>IV</i>	— <i>O Direito Administrativo</i> .....	35
<i>V</i>	— <i>O regime jurídico administrativo</i> .....	36
<i>VI</i>	— <i>Conteúdo do regime jurídico-administrativo</i> <i>a) Supremacia do interesse público sobre o privado, 41; b) Indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos, 45</i>	
<i>VII</i>	— <i>Valor metodológico da noção de regime administrativo</i> .....	60
Capítulo II	— <b><i>PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO</i></b>	
<i>I</i>	— <i>Princípios expressos e implícitos</i> .....	68
	<i>1ª) Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, 69 (Conceito de interesse público, 69; Conseqüências da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, 79; A supremacia do interesse público e os “poderes” da Administração, 80); 2ª) Princípio da legalidade, 83; 3ª) Princípio da finalidade, 89; 4ª) Princípio da razoabilidade, 91; 5ª) Princípio da proporcionalidade,</i>	

93; 6ª) *Princípio da motivação*, 94; 7ª) *Princípio da impessoalidade*, 96; 8ª) *Princípio da publicidade*, 96; 9ª) *Princípios do devido processo legal e da ampla defesa*, 97; 10ª) *Princípio da moralidade administrativa*, 101; 11ª) *Princípio do controle judicial dos atos administrativos*, 102; 12ª) *Princípio da responsabilidade do Estado por atos administrativos*, 103; 13ª) *Princípio da eficiência*, 104; 14ª) *Princípio da segurança jurídica*, 104

- II** — *Restrições excepcionais ao princípio da legalidade*  
 a) *Medidas provisórias*, 107; b) *Estado de defesa*, 116; c) *Estado de sítio*, 117

## PARTE II — OS SUJEITOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

Capítulo III	— <b>A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA</b>	
<b>I</b>	— <i>Os órgãos e as competências públicas</i> .....	121
	<i>Órgãos públicos</i> , 122; <i>Classificação dos órgãos</i> , 123; <i>Competências públicas</i> , 124 (Conceito de competência, 126).	
<b>II</b>	— <i>Insurgência na via administrativa contra o exercício das competências: pedido de reconsideração, recurso hierárquico, reclamação administrativa, representação e denúncia</i> .....	128
<b>III</b>	— <i>Centralização e descentralização administrativa</i> .....	131
	<i>Desconcentração</i> , 132; <i>A hierarquia e os poderes do hierarca</i> , 132; <i>Distinção entre descentralização e desconcentração</i> , 133; <i>O controle</i> , 133	
<b>IV</b>	— <i>Organização administrativa da União: Administração direta e indireta</i> .....	134
	<i>Administração direta da União</i> , 135; <i>Critério classificador do Decreto-lei 200</i> , 136	
Capítulo IV	— <b>FIGURAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E ENTIDADES PARALELAS</b>	
<b>I</b>	— <i>Autarquias</i> <i>Conceito</i> , 139; <i>Regime jurídico</i> , 140 (a) <i>Relações com a pessoa que as criou</i> , 141; b) <i>Relações com terceiros</i> , 144; c) <i>Relações internas</i> , 147); <i>Autar-</i>	

*quias especiais ou sob regime especial, 148; Agências reguladoras, 149; Agências executivas, 158*

**II** — **Fundações públicas**

*Conceito legal: impropriedade, 160; Natureza das fundações públicas, 163*

**III** — **Empresas públicas e sociedades de economia mista**

*Conceito de empresa pública, 164 (Conceito legal: impropriedade, 164); Conceito de sociedade de economia mista, 168 (Conceito legal: impropriedade, 169); As diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista, 170; Natureza essencial de empresas públicas e sociedades de economia mista: conseqüências, 171; Critérios para interpretação do regime jurídico das empresas do Estado, 174; Espécies de empresas públicas e sociedades de economia mista, 175; Empresas estatais e concessão de serviço público, 176; A peculiaridade de regime das estatais em confronto com as pessoas de Direito Privado. Normas constitucionais, 178; O regime jurídico das empresas estatais, 181 (a) Relações com a pessoa que as criou, 181; b) Relações com terceiros, 185; c) Relações internas, 197)*

**IV** — **Figuras jurídicas introduzidas pela Reforma Administrativa** ..... 199

*Contrato de gestão, 200; Contratos de gestão entre Estado e entidades da Administração indireta, 202 (O art. 37, § 8º, da Constituição, 207; Contrato entre órgãos?, 209); Contratos de gestão entre o Estado e as “organizações sociais”, 211; Organizações sociais, 211; Organizações da sociedade civil de interesse público, 217*

**Capítulo V** — **SERVIDORES PÚBLICOS**

**I** — **Agentes públicos** ..... 219

**II** — **Classificação dos agentes públicos** ..... 222

*a) Agentes políticos, 222; b) Servidores estatais, 223 (Servidores públicos: conceito e espécies, 223; Servidores das pessoas governamentais de Direito Privado, 225); c) Particulares em colaboração com a Administração, 225*

<b>III</b>	— <i>Os servidores estatais na Constituição: titulares de cargos e ocupantes de empregos</i> .....	226
	a) <i>Cargos públicos</i> , 226; b) <i>Funções públicas</i> , 227; c) <i>Empregos públicos</i> , 228	
<b>IV</b>	— <i>Natureza da relação jurídica entre os titulares de cargos e o Poder Público</i> .....	228
<b>V</b>	— <i>Natureza da relação jurídica entre os ocupantes de emprego e as entidades governamentais</i> .....	229
<b>VI</b>	— <i>Âmbito de aplicação do regime de emprego e do regime de cargo</i> .....	230
<b>VII</b>	— <i>Objeto das normas constitucionais sobre pessoal</i> .....	236
<b>VIII</b>	— <i>Normas de contenção de despesas com os servidores estatais</i>	
	a) <i>Limite global de despesas com pessoal</i> , 237; b) <i>Previsão orçamentária e na lei de diretrizes para alterações</i> , 241; c) <i>Proibição a União e Estados de aportarem recursos a outros níveis de governo para despesas de pessoal</i> , 242	
<b>IX</b>	— <i>Normas relativas à remuneração dos servidores</i>	
	a) <i>Criação de remuneração por subsídios</i> , 242; b) <i>Limite de remuneração</i> , 243; c) <i>Vencimentos do Executivo como paradigma para o Legislativo e o Judiciário</i> , 247; d) <i>Proibição de vinculação de vencimentos</i> , 247; e) <i>Cálculo de acréscimos pecuniários</i> , 247; f) <i>Uniformidade na data e nos índices para revisão geral da remuneração dos servidores públicos</i> , 247; g) <i>Exigência de lei para fixação ou alteração da remuneração</i> , 248	
<b>X</b>	— <i>Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos servidores estatais (titulares de cargos ou empregados)</i> .....	249
	a) <i>Acessibilidade aos cargos e empregos: concurso público</i> , 249 (Admissão e dispensa nas estatais, 252); b) <i>Contratação excepcional sem concurso</i> , 253; c) <i>Direito de greve e de sindicalização</i> , 254; d) <i>Proibição de acumulação remunerada</i> , 254; e) <i>Sanção por improbidade administrativa</i> , 256	
<b>XI</b>	— <i>Regime constitucional dos servidores públicos titulares de cargos</i> .....	256
	a) <i>Irredutibilidade de vencimentos</i> , 256; b) <i>Alguns direitos equivalentes aos dos empregados</i> , 257; c)	

*Estabilidade*, 257; d) *Disponibilidade*, 258; e) *Aposentadoria e proventos*, 259 (A contribuição previdenciária prevista pela Lei 9.783/99, 261); f) *Revisão de proventos*, 265; g) *Pensão por morte*, 265; h) *Situação dos atuais servidores*, 266

<b>XII</b>	— <b>Os cargos públicos</b> .....	268
	a) <i>Criação e extinção. Declaração de desnecessidade</i> , 268; b) <i>Classificação dos cargos</i> , 269 (Cargos em comissão, 269; Cargos de provimento efetivo, 270; Cargos vitalícios, 271); c) <i>Lotação dos cargos e "redistribuição"</i> , 271	
<b>XIII</b>	— <b>O provimento em cargo público: conceito e formas</b> .....	272
	a) <i>Provimento autônomo ou originário</i> , 272 (Nomeação, 272; Posse, 273); b) <i>Provimentos derivados</i> , 274 (Provimento derivado vertical (promoção), 274 (provimento derivado horizontal (readaptação), 275; Provimento derivado por reingresso (reversão, aproveitamento, reintegração e recondução), 275)	
<b>XIV</b>	— <b>Direitos e vantagens dos servidores públicos estatutários</b> .....	276
	a) <i>Direitos e vantagens que beneficiam diretamente o servidor</i> , 276 (Direitos e vantagens de ordem pecuniária, 276; Direitos de ausência ao serviço, 278; Aposentadoria, 284); b) <i>Direitos e vantagens em prol de dependentes do servidor</i> , 284	
<b>XV</b>	— <b>Deveres e responsabilidades dos servidores públicos estatutários</b> .....	285
	<i>Prescrição</i> , 288	
<b>XVI</b>	— <b>Sindicância e processo administrativo</b> .....	289
<b>XVII</b>	— <b>Limites ao poder de emendar a Constituição e a situação dos atuais servidores alcançados pela Emenda 19</b> .....	293

---

### PARTE III — AS VIAS TÉCNICO-JURÍDICAS DE AÇÃO ADMINISTRATIVA

---

<b>Capítulo VI</b>	— <b>O REGULAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO</b>	
<b>I</b>	— <i>Introdução</i> .....	303
<b>II</b>	— <i>Conceito de regulamento no Direito brasileiro</i> ..	305
<b>III</b>	— <i>Diferenças entre lei e regulamento no Direito brasileiro</i> .....	305

IV	— <i>O regulamento ante o princípio da legalidade no Brasil</i> .....	306
V	— <i>Finalidade e natureza da competência regulamentar</i> .....	312
VI	— <i>Limites ao regulamento no Direito brasileiro: a delegação legislativa disfarçada</i> .....	316
VII	— <i>O objeto da competência regulamentar</i> .....	321
VIII	— <i>Diferenças entre lei e regulamento quanto às garantias do administrado</i> .....	328
IX	— <i>Resoluções, instruções e portarias</i> .....	331

## Capítulo VII

### — ATOS ADMINISTRATIVOS

I	— <i>Considerações introdutórias</i> a) <i>Distinção entre fatos jurídicos e atos jurídicos, 333; b) O problema da conceituação do ato administrativo, 337</i>	
II	— <i>Atos da Administração e atos administrativos</i> ...	337
III	— <i>Conceito de ato administrativo</i> .....	339
IV	— <i>Perfeição, validade e eficácia</i> .....	341
V	— <i>Requisitos do ato administrativo</i> .....	344
VI	— <i>Elementos do ato</i> <i>Conteúdo, 347; Forma, 348</i>	
VII	— <i>Pressupostos do ato</i> 1) <i>Pressupostos de existência, 348; 2) Pressupostos de validade, 350: A) Sujeito (pressuposto subjetivo), 350; B) Motivo (pressuposto objetivo), 350 (Motivo do ato e motivo legal, 351; Motivo e móvel, 352; O papel da vontade no ato administrativo, 353; Motivo e motivação, 354; O dever de motivar e as consequências de sua violação, 354; Teoria dos motivos determinantes, 357); C) Requisitos procedimentais (pressuposto objetivo), 357; D) Finalidade (pressuposto teleológico), 357 (Teoria do desvio de poder, 359); E) Causa (pressuposto lógico), 360; F) Formalização (pressuposto formalístico), 363</i>	
VIII	— <i>O silêncio no Direito Administrativo</i> .....	364
IX	— <i>Atributos dos atos administrativos</i> .....	367
	<i>Casos em que cabe executoriedade, 372; Defesas contra a executoriedade, 373</i>	
X	— <i>Classificação dos atos administrativos</i> .....	373
	a) <i>Quanto à natureza da atividade, 373; b) Quanto à estrutura do ato, 374; c) Quanto aos destinatários</i>	

do ato, 374; d) Quanto ao grau de liberdade da Administração em sua prática, 375; e) Quanto à função da vontade administrativa, 375; f) Quanto aos efeitos, 376; g) Quanto aos resultados sobre a esfera jurídica dos administrados, 376; h) Quanto à situação de terceiros, 377; i) Quanto à composição da vontade produtora do ato, 377; j) Quanto à formação do ato, 378; l) Quanto à natureza das situações jurídicas que criam, 378; m) Quanto à posição jurídica da Administração, 379

XI	— Vinculação e discricionariedade .....	380
XII	— Atos administrativos “in specie” Em função do conteúdo, 387; Como formas de manifestação de outros atos, 389	
XIII	— Procedimento administrativo .....	391
XIV	— Panorama da extinção dos atos administrativos .....	393
XV	— Revogação Conceito, 397; Sujeito ativo da revogação, 397; Objeto da revogação, 398; Fundamento da revogação, 399; Motivos da revogação, 401; Efeitos da revogação, 402; Natureza do ato revogador, 403; Limites ao poder de revogar, 404; Revogação e indenização, 405	
XVI	— Invalidade dos atos administrativos .....	407
	Sujeitos ativos da invalidação, 408; Objeto da invalidação, 408; Fundamento da invalidação, 409; Motivo da invalidação, 409; Efeitos da invalidação, 410; Classificação da invalidade segundo a doutrina brasileira, 410; Atos irregulares, 414; Comentários às diferentes teorias, 414; O grau de intolerância em relação a categorias de atos inválidos, 415; Convalidação, 417; Convalidação e invalidação: poder ou dever?, 418; Identificação dos atos inexistentes, dos nulos e dos anuláveis, 421; Regime dos atos inválidos, 422; Invalidação e dever de indenizar, 422 (Direito de resistência contra atos inválidos, 424)	
XVII	— Regime jurídico dos atos inexistentes, dos nulos e anuláveis: comparação .....	425
XVIII	— Diferenças entre revogação e invalidação .....	427

<b>Capítulo VIII — O PROCEDIMENTO (OU PROCESSO) ADMINISTRATIVO</b>		
<b>I</b>	— <i>Conceito de procedimento administrativo</i> .....	428
	<i>Procedimento e ato complexo, 434</i>	
<b>II</b>	— <i>Requisitos do procedimento</i> .....	435
<b>III</b>	— <i>Importância do procedimento administrativo. Atualidade do tema</i> .....	436
<b>IV</b>	— <i>Objetivos do processo ou procedimento</i> .....	439
<b>V</b>	— <i>Espécies de procedimento</i> .....	440
<b>VI</b>	— <i>Fases do processo ou procedimento</i> .....	442
<b>VII</b>	— <i>Princípios do procedimento</i> .....	443
<b>VIII</b>	— <i>Fundamentos constitucionais dos princípios do procedimento administrativo</i> .....	447
<b>IX</b>	— <i>Obrigatoriedade da adoção de procedimento administrativo formalizado</i> .....	452
<b>X</b>	— <i>O processo (ou procedimento) na legislação federal</i> .....	453
	<i>Âmbito de abrangência, 454; Competência, 454; Princípios do processo e garantias do administrado, 455; Seqüência processual, 460; Prazos processuais, 463; Revogação, anulação e convalidação, 464</i>	
<b>Capítulo IX — LICITAÇÃO</b>		
<b>I</b>	— <i>Conceito e finalidades</i> .....	466
<b>II</b>	— <i>A legislação sobre licitação</i> .....	469
	<i>Normas gerais de licitação e contratos, 473</i>	
<b>III</b>	— <i>Os princípios da licitação</i> .....	474
<b>IV</b>	— <i>Quem está obrigado a licitar</i> .....	477
<b>V</b>	— <i>Os pressupostos da licitação</i> .....	479
<b>VI</b>	— <i>O objeto licitável, a dispensa e a inexigibilidade de licitação</i> .....	480
	<i>Bens singulares, 481; Serviços singulares, 482; Sistematização legal dos casos excludentes de licitação, 482; Os casos qualificados pela lei como de licitação dispensável, 483; Inexigibilidade de licitação, 486; Serviços técnicos de natureza singular, 488; Justificação de dispensas e de inexigibilidade, 491; Licitação proibida, 491</i>	
<b>VII</b>	— <i>Modalidades da licitação</i> .....	492
	<i>Prazos e formas de publicidade nas modalidades de licitação, 498; Comparação entre concorrência, tomada de preços e convite, 499; Pregão e consul-</i>	

*ta, 500 (Procedimento do pregão, 501); Registros cadastrais, 505; O registro de preços, 506; Comissões de licitação, 507; Licitações de grande vulto e licitações de alta complexidade técnica, 508; Alienação de bens, 509; Licitações internas e licitações internacionais, 510*

VIII	— <i>Etapas interna e externa da licitação</i> .....	511
	<i>Requisitos para instauração de licitação, 511; Vedações nas licitações, 512</i>	
IX	— <i>Fases da licitação</i> .....	513
	<i>Exame dos afluentes à licitação, 513; Exame das propostas, 514; Confirmação do resultado e outorga do objeto, 515; Esquema analítico das fases, 516; Seqüência procedimental da concorrência, 516</i>	
X	— <i>O edital</i> .....	519
	<i>Vícios do edital, 522</i>	
XI	— <i>A habilitação</i> .....	523
	<i>Documentos substitutivos para habilitação, 528; Consórcios, 529; Habilitação de empresa estrangeira em licitação internacional; compras de bens no Exterior, 530; Comparecimento de um único licitante, 530; Pré-qualificação, 531; Descabimento de rigorismos inúteis na habilitação, 531; Efeito jurídico da habilitação, 531; Vícios da habilitação, 532</i>	
XII	— <i>O julgamento</i> .....	533
	<i>Requisitos das propostas, 534; Objetividade do julgamento, 537; Classificação, 537; Desempate entre as propostas, 538; Os "tipos" de licitação, 538; Equanimidade de tratamento entre licitantes estrangeiros e nacionais, 541; Classificação de uma só proposta, 541; Vícios da classificação, 541; Efeito jurídico da classificação, 542</i>	
XIII	— <i>Homologação e adjudicação</i> .....	543
XIV	— <i>Regras especiais para licitações com financiamento internacional e para compras de bens efetuadas no Exterior</i> .....	544
XV	— <i>Recursos administrativos</i> .....	544
XVI	— <i>O procedimento licitatório e suas conseqüências</i> .....	545
	<i>Licitação e direito ao subsequente contrato, 545; Revogação da licitação, 546; Anulação da licitação, 547</i>	

<b>XVII</b>	— <i>Crimes</i> .....	549
<b>XVIII</b>	— <i>Licitação e mandado de segurança</i> .....	549
<b>Capítulo X</b>	— <b>O CONTRATO ADMINISTRATIVO</b>	
<b>I</b>	— <i>Introdução</i> .....	551
	<i>Peculiaridades do contrato administrativo, 552</i>	
<b>II</b>	— <i>O contrato administrativo no Direito francês</i> ...	553
<b>III</b>	— <i>O contrato administrativo na doutrina brasileira</i> .....	555
<b>IV</b>	— <i>Conceito de contrato administrativo</i> .....	557
<b>V</b>	— <i>Características do chamado “contrato administrativo”</i> .....	559
	<i>A lógica do contrato administrativo, 560</i>	
<b>VI</b>	— <i>O contrato administrativo no Direito Positivo brasileiro</i> .....	561
	<i>Alteração unilateral do contrato, 563; Alteração bilateral do contrato, 564; Extinção unilateral do contrato, 565; Outras hipóteses de extinção, 565; A “exceptio non adimpleti contractus”, 566; Prazo e prorrogação dos contratos, 566; Formalidades do contrato administrativo, 568; Eficácia dos contratos administrativos, 568; Os pagamentos devidos ao contratado; correção monetária; reajuste e recomposição de preços no Direito Positivo (imprevisão, fato do príncipe e sujeições imprevistas), 569; Sanções administrativas e penais por ocasião dos contratos administrativos, 576</i>	
<b>VII</b>	— <i>Equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo</i> .....	577
	<i>O âmbito de proteção do equilíbrio econômico-financeiro e Direito Positivo brasileiro, 580; O contrato administrativo e o dever de boa-fé, 583</i>	
<b>VIII</b>	— <i>A cláusula “rebus sic stantibus”</i> .....	585
<b>IX</b>	— <i>A teoria da imprevisão</i> .....	586
<b>X</b>	— <i>As cláusulas de reajustes de preços</i> .....	589
<b>XI</b>	— <i>Os reajustes e os índices oficiais</i> .....	590

---

**PARTE IV — AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS**

---

<b>Capítulo XI</b>	— <b>SERVIÇO PÚBLICO E INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO</b>	
<b>I</b>	— <i>Conceito de serviço público</i> .....	599

	<i>a) Substrato material da noção de serviço público, 602; b) Elemento formal caracterizador do serviço público: seu regime jurídico, 604</i>	
<b>II</b>	<b>— Titularidade do serviço e titularidade da prestação .....</b>	<b>607</b>
<b>III</b>	<b>— Serviços públicos e outras atividades estatais ....</b> <i>Serviço público e obra pública, 609; Serviço público e poder de polícia, 609; Serviço público e exploração estatal de atividade econômica, 611</i>	<b>608</b>
<b>IV</b>	<b>— Serviços públicos por determinação constitucional .....</b>	<b>612</b>
<b>V</b>	<b>— Imposições constitucionais quanto aos serviços públicos no Brasil .....</b> <i>a) serviços de prestação obrigatória e exclusiva do Estado, 615; b) serviços que o Estado tem obrigação de prestar e obrigação de conceder, 615; c) serviços que o Estado tem obrigação de prestar, mas sem exclusividade, 616; d) serviços que o Estado não é obrigado a prestar, mas, não os prestando, terá de promover-lhes a prestação, mediante concessão ou permissão, 616</i>	<b>614</b>
<b>VI</b>	<b>— Os serviços públicos e a dubiedade da expressão “autorização” na Constituição .....</b>	<b>616</b>
<b>VII</b>	<b>— Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público .....</b>	<b>617</b>
<b>VIII</b>	<b>— Intervenção do Estado no domínio econômico ..</b> <i>Atividades privadas sob regime especial, 624; Monopólio, 626</i>	<b>619</b>
<b>IX</b>	<b>— Serviços públicos e serviços governamentais .....</b>	<b>627</b>
<b>Capítulo XII</b>	<b>— CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO E SEUS REGIMES JURÍDICOS</b>	
<b>I</b>	<b>— Concessão de serviços públicos: conceito e noções gerais .....</b> <i>A exploração do serviço como forma de remuneração, 632; Concessão e permissão de serviço público na Constituição e as leis editadas para cumpri-la, 633; Improriedade das definições legais, 636; Natureza dos serviços suscetíveis de serem concedidos, 640; Natureza jurídica da</i>	<b>631</b>

*concessão de serviço público e suas conseqüências, 641*

<b>II</b>	— <b>Forma e condições da outorga do serviço em concessão</b> .....	643
	<i>Licitação das concessões, 645; O “contrato” de concessão, 649; Transferência da concessão — Transferência do controle acionário da concessionária e a subconcessão, 649</i>	
<b>III</b>	— <b>O prazo nas concessões e sua prorrogação</b> .....	651
<b>IV</b>	— <b>Os poderes do concedente</b> .....	654
<b>V</b>	— <b>Os direitos do concessionário</b> .....	659
	<i>Remuneração do concessionário, 659</i>	
<b>VI</b>	— <b>As tarifas</b> .....	660
	<i>As fontes paralelas (alternativas, complementares) de receita do concessionário, 663; O equilíbrio econômico-financeiro na concessão de serviço público (ou obra pública), 663</i>	
<b>VII</b>	— <b>Os direitos dos usuários</b> .....	669
<b>VIII</b>	— <b>Formas de extinção da concessão e seus efeitos jurídicos</b> .....	670
<b>IX</b>	— <b>A reversão dos bens</b> .....	675
<b>X</b>	— <b>Síntese da composição patrimonial no encerramento da concessão</b> .....	677
<b>XI</b>	— <b>Responsabilidade do concessionário e subsidiária do Estado pelos danos a terceiros causados em razão do serviço</b> .....	678
<b>XII</b>	— <b>Permissão de serviço público</b> .....	680
<b>XIII</b>	— <b>Situações transitórias na lei de concessões</b> .....	681

### Capítulo XIII — **PODER DE POLÍCIA**

<b>I</b>	— <b>Introdução</b> .....	693
<b>II</b>	— <b>Sentido amplo e sentido estrito do poder de polícia</b> .....	697
<b>III</b>	— <b>Fundamento da polícia administrativa</b> .....	698
<b>IV</b>	— <b>Supremacia geral e supremacia especial</b> .....	699
<b>V</b>	— <b>Essência do poder de polícia</b> .....	704
	<i>Traços característicos, 706</i>	
<b>VI</b>	— <b>Polícia administrativa e polícia judiciária</b> .....	708
<b>VII</b>	— <b>Atos através dos quais se expressa a polícia administrativa</b> .....	710
<b>VIII</b>	— <b>O poder de polícia é discricionário?</b> .....	711

<i>IX</i>	— <i>Definição de polícia administrativa</i> .....	712
<i>X</i>	— <i>Polícia geral e polícia especial</i> .....	712
<i>XI</i>	— <i>Delegação de atos de polícia administrativa</i> .....	714
<i>XII</i>	— <i>Executoriedade das medidas de polícia administrativa</i> .....	716
<i>XIII</i>	— <i>Polícia administrativa e o princípio da proporcionalidade contra abusos da Administração</i> .....	718
<i>XIV</i>	— <i>Setores da polícia administrativa</i> .....	719
<i>XV</i>	— <i>Polícia administrativa da União, Estados e Municípios</i> .....	719

Capítulo XIV	— <b>DESAPROPRIAÇÃO</b>	
<i>I</i>	— <i>Conceito</i> .....	722
<i>II</i>	— <i>Fundamentos da desapropriação</i> .....	727
<i>III</i>	— <i>Desapropriação: forma originária de aquisição da propriedade</i> .....	728
<i>IV</i>	— <i>Requisitos da desapropriação</i> .....	729
<i>V</i>	— <i>Competência para legislar sobre desapropriação; competência para desapropriar e competência para promover desapropriação</i> ..	731
<i>VI</i>	— <i>Objeto da desapropriação</i> .....	732
<i>VII</i>	— <i>Beneficiários da desapropriação</i> .....	734
<i>VIII</i>	— <i>Fases do procedimento expropriatório</i> .....	734
<i>IX</i>	— <i>A declaração de utilidade pública</i> .....	735
<i>X</i>	— <i>A imissão provisória de posse</i> .....	738
<i>XI</i>	— <i>A justa indenização. Juros. Correção monetária. Outras despesas. Honorários de advogados</i> .....	740
<i>XII</i>	— <i>Momento em que se consuma a desapropriação</i> .....	744
<i>XIII</i>	— <i>Desapropriação por zona</i> .....	745
<i>XIV</i>	— <i>Desapropriação indireta</i> .....	746
<i>XV</i>	— <i>Extensão do controle jurisdicional na ação de desapropriação</i> .....	747
<i>XVI</i>	— <i>Retrocessão e direito de preferência violado</i> .....	748
<i>XVII</i>	— <i>Requisição</i> .....	762
<i>XVIII</i>	— <i>Servidão administrativa</i> .....	763

Capítulo XV	— <b>GESTÃO DOS BENS PÚBLICOS</b>	
<i>I</i>	— <i>Conceito</i> .....	768
<i>II</i>	— <i>Os bens com relação à sua destinação</i> .....	769

<b>III</b>	— <b><i>Afetação e desafetação dos bens públicos</i></b> .....	768
<b>IV</b>	— <b><i>Regime jurídico dos bens públicos</i></b> .....	770
<b>V</b>	— <b><i>Os bens quanto à sua natureza física</i></b> .....	773
	a) <i>Bens do domínio hídrico</i> , 773; b) <i>Bens do domínio terrestre</i> , 774 (Domínio do solo, 775; Domínio do subsolo, 779)	
<b>VI</b>	— <b><i>Formas de aquisição e alienação de bens públicos</i></b> .....	779
<b>VII</b>	— <b><i>Formas de utilização dos bens públicos pelos administrados</i></b> .....	780
	a) <i>Utilização dos bens de uso comum</i> , 780; b) <i>Utilização dos bens de uso especial</i> , 785; c) <i>Utilização dos bens dominicais</i> , 785	

**PARTE V — O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO  
E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO**

<b>Capítulo XVI</b>	— <b><i>PANORAMA DO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</i></b>	
<b>I</b>	— <b><i>Controle interno e externo</i></b> .....	793
	a) <i>Controle interno</i> , 795; b) <i>Controle externo</i> , 796	
<b>II</b>	— <b><i>Controle parlamentar direto</i></b> .....	796
	a) <i>Sustação de atos e contratos do Executivo</i> , 796; b) <i>Convocação de Ministros e requerimentos de informações; recebimento de petições, queixas e representações dos administrados e convocação de qualquer autoridade ou pessoa para depor</i> , 796; c) <i>Comissões Parlamentares de Inquérito</i> , 797; d) <i>Autorizações ou aprovações do Congresso necessárias para atos concretos do Executivo</i> , 797; e) <i>Poderes controladores privativos do Senado</i> , 798; f) <i>Julgamento das contas do Executivo</i> , 798; g) <i>Suspensão e destituição (“impeachment”) do Presidente ou de Ministros</i> , 799	
<b>III</b>	— <b><i>Controle pelo Tribunal de Contas</i></b> .....	799
	a) <i>Compostura e composição do Tribunal de Contas</i> , 799; b) <i>Parecer prévio sobre as contas do Presidente</i> , 800; c) <i>Julgamento das contas dos administradores públicos</i> , 801	
<b>IV</b>	— <b><i>Controle jurisdicional (panorama)</i></b> .....	802
	a) <i>“Habeas corpus”</i> , 803; b) <i>Mandado de seguran-</i>	

ça, 803; c) "Habeas data", 804; d) Mandado de injunção, 804; e) Ação popular, 805; f) Ação civil pública, 805; g) Ação direta de inconstitucionalidade, 806

<b>Capítulo XVII — DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E CONTROLE JUDICIAL</b>		
<b>I</b>	— <i>Introdução</i> .....	807
<b>II</b>	— <i>Princípio da legalidade</i> .....	809
<b>III</b>	— <i>Vinculação e discricionariedade</i> .....	810
	<i>Mérito do ato, 813</i>	
<b>IV</b>	— <i>Fundamentos da discricionariedade</i> .....	814
<b>V</b>	— <i>Estrutura lógico-normativa da discricionariedade</i> .....	816
<b>VI</b>	— <i>Conceito de discricionariedade</i> .....	821
<b>VII</b>	— <i>Limites da discricionariedade</i> .....	821
<b>VIII</b>	— <i>Extensão do controle judicial</i> .....	825
	<i>a) Exame dos motivos, 826; b) Exame da finalidade: o desvio de poder, 827; c) Exame da causa do ato, 831</i>	
<b>IX</b>	— <i>Conclusão</i> .....	832
<b>Capítulo XVIII — RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO POR COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS</b>		
<b>I</b>	— <i>Introdução</i> .....	835
<b>II</b>	— <i>Responsabilidade e sacrifício de direito</i> .....	836
<b>III</b>	— <i>Originalidade da responsabilidade pública</i> .....	838
<b>IV</b>	— <i>A responsabilidade do Estado e o Estado de Direito</i> .....	841
<b>V</b>	— <i>Evolução da responsabilidade por atos administrativos</i> .....	842
	<i>a) Princípio da irresponsabilidade do Estado, 842; b) Princípio da responsabilidade do Estado, 844; c) Responsabilidade subjetiva do Estado, 844; d) Responsabilidade objetiva do Estado, 847</i>	
<b>VI</b>	— <i>Fundamentos da responsabilidade do Estado</i> ...	848
<b>VII</b>	— <i>Questões capitais sobre a responsabilidade estatal</i> .....	849
<b>VIII</b>	— <i>Os sujeitos que comprometem o Estado</i> .....	849
<b>IX</b>	— <i>Caracteres da conduta lesiva ensejadora de responsabilidade</i> .....	851

a) Danos por ação do Estado, 852; b) Danos por omissão do Estado, 854; c) Danos dependentes de situação produzida pelo Estado diretamente propiciatória, 859

X	— O dano indenizável .....	862
XI	— Excludentes da responsabilidade do Estado .....	865
XII	— A responsabilidade do Estado no Brasil	
	a) Introdução, 867; b) Evolução normativa da responsabilidade do Estado no Brasil, 869; c) Responsabilidade subjetiva ou objetiva como regra no Direito vigente, 872; d) Responsabilidade patrimonial do agente por danos a terceiros, 875; e) Responsabilidade estatal na jurisprudência brasileira, 877	

Capítulo XIX	— A PRESCRIÇÃO NO DIREITO ADMINISTRATIVO	
I	— Prescrição, decadência e preclusão .....	881
II	— Prescrição (ou outro prazo extintivo) da pretensão do administrado a pleitear direito na via administrativa .....	883
III	— Prescrição de ações judiciais do administrado contra o Poder Público .....	884
IV	— Pretensões da Administração contra o administrado .....	886
V	— “Prescrição” da possibilidade de a Administração prover, ela própria, sobre certa específica situação .....	887
VI	— Prescrição das ações judiciais contra o administrado .....	889
	<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	891